

LUTA E UTOPIA - Auto-organização política: Uma experiência do Movimento Social da Economia Solidária

FERREIRA, Luciane Rocha¹.

RESUMO

Este artigo faz parte de um uma pesquisa de Mestrado em Educação (2011) que compartilha um olhar sobre momentos formativos que o processo da Economia Solidária promoveu em algumas experiências em que o MT esteve representado. Atualmente muitas reflexões dos Movimentos Sociais Populares estão se concretizando através de espaços de controle popular, colaborando com o processo de auto-organização política destes coletivos. Neste momento trazemos algumas discussões e reflexões construídas durante a X Reunião da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que ocorreu entre os dias 18 à 20 de agosto de 2011, em Brasília/DF. Para esta construção estabelecemos diálogo, através de uma pesquisa qualitativa fenomenológica, entre Merleau-Ponty (1994) e a Educação Popular a partir de Paulo Freire (1996, 2000); percebendo nesta articulação a base para uma postura teórica e metodológica radicalmente coerentes com a transformação social, sendo a Sistematização das Experiências (JARA, 2006) nossa metodologia de aproximação empírica. Acreditamos que momentos de reflexão como estes são fundamentais para construção da cidadania, sendo a educação/formação nos MSP possíveis pontes para qualificar o enfrentamento ao desafio de uma transformação social engajada. Os limites não impedem a motivação do coletivo para mobilização em busca por *ser mais*, através da luta e utopia.

INTRODUÇÃO

Este artigo traz a experiência de um coletivo que participou de um processo de formação organizado pela Economia Solidária (EcoSol). Estas reflexões fazem parte do resultado de uma pesquisa de Mestrado em Educação que foi realizada entre 2009-2011 na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Acreditamos que ela seja atual e coerente com os desafios dos Movimentos Sociais Populares (MSP) dos campos, das florestas e das cidades que permanecem mobilizados em torno da necessidade da auto-organização política.

¹ Doutoranda em Educação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/SL-RS) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) – Bolsista Capes/PROEX. Grupo de Pesquisa Mediações Pedagógicas e Cidadania da Linha de Pesquisa Educação, Desenvolvimento e Tecnologias - Orientador Telmo Adams. Mestra em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Especialista em Educação do Campo, Saberes Pantaneiros e Sócio Economia Solidária (UFMT-Núcleo Avançado de Poconé/MT). Graduada em Pedagogia (UFMT). Militante do Movimento Social Popular da Economia Solidária – lucianekatu@gmail.com

Algumas ações/demandas destes coletivos estão se materializando através da participação qualificada em espaços políticos criados por eles em parceria com o poder público. Lugares onde a correlações de forças provocam/promovem/exigem a participação, mesmo que representativa, das pessoas que fazem e refazem estratégias de luta e resistência diante de “situações-limites”². Neste sentido, na medida do possível, Conselhos, Fóruns, Redes e Cadeias são construídos a partir de uma orientação político-pedagógica que busca, entre outras coisas, possibilitar a construção de políticas públicas através de um repensar a situação concreta de vida de cada uma e cada um.

A participação popular, nesta perspectiva, está sendo sistematicamente estimulada e orientada de forma coletiva e participativa, com todas as contradições e conflitos que estão presentes na sociedade Capitalista. A EcoSol, neste contexto, é um destes MSP que desde os anos 2000 no Brasil e a partir de 2003 no MT vem provocando toda uma ação-reflexão-ação que colaborou com o cenário atual de busca por alternativas “viáveis” de enfrentamento e superação ao que está posto: a mercantilização da vida. As leituras foram tecidas de forma dialógica e dialética a partir de vários “olhares”.

Entre eles destaca-se um que motivou inicialmente nossa aventura pesquisante: diálogos com um Empreendimento Econômico Solidário (EES) informal, formado exclusivamente por mulheres de uma periferia de Cuiabá/MT (Grupo MUDAR³). A Pesquisa Participativa foi de cunho fenomenológico crítico em Merleau-Ponty (1996), em articulação com a Educação Popular em FREIRE (1996) e a Sistematização das Experiências conforme JARA (2006). A experiência em questão são as discussões e reflexões construídas durante a X Reunião da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que aconteceu entre os dias 18,19 e 20 de agosto de 2011, em Brasília/DF.

Este é um Fórum de âmbito nacional, é um espaço político que se pretende legítimo através da contribuição/participação ativa das/os representantes que compõe este MSP: EES, Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e Gestores Públicos (GP). Tem como objetivo maior

² Situações-limites são constituídas por contradições que envolve os indivíduos, produzindo-lhes uma aderência aos fatos e, ao mesmo tempo, levando-os a perceberem como fatalismo aquilo que lhes está acontecendo (OSOWSKI, p. 384, 2008 – Dicionário Paulo Freire).

³ Grupo MUDAR – Mulheres Unidas Determinadas na Ação pelo Reconhecimento – Dissertação: A Economia Solidária Enquanto Estratégia de Emancipação Política: O “olhar” fenomenológico que o Grupo MUDAR lança sobre seu processo de formação. UFMT. 2011.

instrumentalizar e qualificar a luta social pela melhoria da qualidade de vida das pessoas que historicamente estiveram à margem da sociedade - Pela libertação da opressão dos excluídos.

Retrospectivas: Desafios e Possibilidades

É interessante abrir nosso diálogo compartilhando uma das características que percebemos ser intrínseca aos processos pedagógicos da EcoSol: a Mística – mobilizou a memória pedagógica que deu vida a uma Linha do Tempo construída em muitas mãos, onde a História do Movimento da Economia Solidária em nível Nacional, Regional, Estadual e local foram trazidos pelas pessoas. Participaram da formação representantes de todos os segmentos que compõem a EcoSol: EES, EAF e GP de todo o País. É importante dizer que a memória pedagógica foi elemento privilegiado, introduzindo o tema central em questão nesta reunião: uma retrospectiva do triênio de 2009 à 2011.

Na X Reunião do FBES, o objetivo maior era fazer um balanço dos projetos, políticas e programas que foram construídos enquanto propostas de superação dos gargalos e fragilidades dos vários setores produtivos os quais os EES dos campos, das florestas e das cidades estão imersos. As linhas de reflexão então foram organizadas em três aspectos: a realidade dos EES, dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária (FEES) e da Sustentabilidade do Movimento. Observando como estão organizados hoje considerando o triênio; verificando as Políticas Públicas, seus resultados e suas dimensões: disseminação e divulgação; relação com outros MSP e as Relações Internacionais. Para tanto, o coletivo propôs uma breve análise de conjuntura, feita de forma participativa e dialogada a partir das Regiões: um panorama nacional a partir das leituras microrregionais.

Análise de Conjuntura 2009/2011

Neste momento as pessoas foram organizados em grupos por Região, assim foi possível se ter um panorama mais ou menos delineado de algumas dimensões que, mesmo sendo pontuadas por Estados e/ou Regiões, eram expressões que representavam mais que desafios locais/regionais, refletiam a EcoSol como um todo, devido as semelhanças das dificuldades vivenciadas por todos, cada um em sua Região. Assim, os grupos foram motivados a destacar fatos mais importantes de cada realidade: cenários, pessoas/segmentos, as relações de forças presentes entre estes e o corte conjuntural que tais dimensões se interligam. Tal exercício se configura enquanto uma ação política pedagógica, pela possibilidade da co-produção de conhecimentos com determinada inserção lúcida à realidade.

Esta construção coletiva e participativa é uma oportunidade “par” de cada pessoa colocar suas vivências, uma vez que, no dia-a-dia, estas pessoas estão vivenciando uma história semelhante de luta e resistência, pois “de fato, não posso existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros” (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 40). Vejamos alguns destaques compartilhados na Roda de Conversa:

Acontecimentos: PL 865 (por opção política e não pressão política): Processos das Audiências Públicas nos Municípios e Estados em prol da Lei Geral da EcoSol; Seminário de 08 Anos da SENAES⁴; Mudança do Código Florestal: Embates e Discussões – os representa? Surgimento de Editais que têm como orientação uma construção de forma dialogada com o Movimento: Nacional, Estaduais e Municipais – com todos os limites que possam representar a política por Editais, pode ser considerada um avanço; Conferências de EcoSol: Nacional, Regionais e Estaduais – onde os segmentos estão engajados/mobilizados na construção coletiva do fortalecimento do MSP; Seminário Inter-Conselhos; EcoSol inserida no PPA: Desenvolvimento Sustentável, Local, Regional e Economia Solidária; Re-lançamento da Frente Parlamentar Nacional/2011 – Ainda hoje esta Frente está frágil; Criação de alguns Fóruns Regionais – ampliou significativamente; Grito da Terra/2011; Marcha das Margaridas/2011; Diálogos e Convergência da EcoSol com outros MPS; Projetos e Metodologias: CFES⁵, Mapeamento, Brasil Local, Bases de Serviços e Comercialização Solidária, Bancos Comunitários e as Ações pelo Programa Nacional de Comércio Justo e Solidário: Feiras e Seminários de Formação; Movimentos revolucionários na América Latina como um todo.

Cenários: Fóruns Estaduais de EcoSol (FEES): possibilidades e desafios; Agricultura Familiar; Agronegócio; Governos Municipais e Estadual; Conselhos: CONSEA, CONESOL; Micro e Pequenas Empresas; Fragilidade no diálogo com Crédito: Burocratização e a inexistência de linhas específicas; Resistência de aproximação de Gestores Públicos: Oligarquia, Personalismo e Verticalização nas relações; Crescimento do Emprego Formal: com precarização nos salários e condições de trabalho; Continuidade da Descapitalização dos EES da cidade, campos e florestas; Discussões e Negociações em nível Internacional: Banco Mundial, Mercosul, Grandes Multinacionais. **Pessoas/Segmentos:** Gestores Públicos e EES – grande rotatividade que enfraquece a EcoSol; Redes e Cadeias; Assessorias; MSP do Campo

⁴ Secretaria Nacional de Economia Solidária.

⁵ CFES: Centro de Formação em Economia Solidária – Há hoje 05 Regionais e um Nacional.

e da Cidade; Agronegócio; Agricultura Familiar; Micro e pequenas/os empresárias/os; Consumidores – Prosumidores – “Mercado”.

Relação De Forças: Leis Estaduais e Municipais de EcoSol, Forças Oligárquicas, Relações Personalistas e Horizontalizadas: PL 856; Economia Solidária enquanto Transversalidade: Está em tudo e em nada ao mesmo tempo – Política fragmentada e descontínua; Escola do Campo: a Agricultura Familiar em diálogo; Cooperação e Solidariedade; Enfrentamentos e Confrontos; Interesses Individuais x Interesses Coletivos; Construção do diálogo entre EES, sociedade e o Poder Público; Mística: como metodologia para o resgate da Auto Estima dos EES; Instabilidade do “lugar Institucional” da EcoSol - SENAES em qual Ministério? FBES desbravando e estabelecendo diálogo com a Presidência da República reafirmando nossa Identidade Social e o Lugar Institucional que pensamos mais adequado; Retirada da EcoSol do PL 865 – vitória em 2015; Interesses Internacionais que interferem: Banco Mundial...

Corte Conjuntural: Avanços e Desafios - Projetos implementados de forma não dialogada com o Movimento. Questão: Economia Popular e Empreendimentos Familiares serão incorporados ao Movimento pela política Nacional de EcoSol? Comercialização, Produção, Consumo e Créditos Solidários: sem política de fomentos definidas, um cenário indefinido. Formação Política Continuada *versus* Cultura Capitalista Enraizada: campo de disputas - possibilidades e limites; conquistas e retrocessos.

Elementos De Conjunta Externa: PL 865; II CONAES: Estados, Regiões e a Nacional; Eleição da Dilma; Grito da Terra; Marcha das Margaridas, Diálogo e Convergências; Fórum Social Mundial; Frente Parlamentar: Diálogo com as Secretarias Nacionais, Conselhos e Ministérios (SDT, SENAES, MDA, MDS, SNPPM, CONSEA, CNE, MAPA); Leis de EPS Aprovadas. **Elementos de Conjunta Interna:** Mobilização para Audiências Públicas: Posicionamento do FBES em relação a PL 865, à Presidência da República; Interlocação com outros MS; Criação do Cirandas – hoje uma ferramenta à disposição dos militantes da EPS; Protagonismo do FBES nas Relações Internacionais.

Estas são algumas das pontuações mais significativas compartilhadas. As trajetórias de cada participante trouxeram uma gama de informações e conhecimentos que possibilitou determinado nivelamento sobre alguns conceitos e também de ampliar o conhecimento sobre as conquistas das/os companheiras/os de vários Estados. Para, além disso, houve todo um movimento intersubjetivo de legitimação e pertencimentos:

A realidade da vida cotidiana, além disso, apresenta-se a mim como um mundo intersubjetivo, um mundo de que participo juntamente com os outros homens. Esta intersubjetividade diferencia nitidamente a vida cotidiana de outras realidades das quais tenho consciência (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 40).

Este auto reconhecimento é um movimento que promove o pertencimento, com apropriação das/os envolvidas/os de outras realidades. É um fenômeno não linear, o desafio está na reafirmação constante das identidades e dos compromissos coletivos definidos na e pela situação de (re)construção de uma nova forma de se estabelecer relação consigo, com o outro e com a natureza. E é na vida cotidiana que estas construções se materializam, na família e no trabalho; nas instituições sociais e na vida comunitária como um todo:

Entre minha consciência e meu corpo tal como eu o vivo, entre este corpo fenomenal e aquele de outrem tal como eu o vejo do exterior, existe uma relação interna que faz o outrem aparecer como o acabamento do sistema. A evidência de outrem é possível porque não sou transparente para mim mesmo, e porque minha subjetividade arrasta seu corpo atrás de si (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 472).

Isso significa dizer que, entre outras tantas nuances existentes nas complexas teias de sentidos e significados produzidos pela humanidade, há uma intensa relação intra/interpessoal na constituição de si, do outro e da realidade. Pessoas que vivem em um mundo cercado de simbolismos que nem sempre cooperam com a vivência solidária, muito pelo contrário, reforçam o individualismo e o competitivismo. Foi importante esta atividade na medida em que colaborou, sobretudo, com a possibilidade de colocar as pessoas em contato, de ouvir o outro, e de se perceber igual nas diferenças regionais, culturais, sociais...

A reflexão seguiu voltando os “olhares” para cada Região do Brasil – situações locais que **sulearam**⁶ a busca por estratégias coletivas de enfrentamento e superação mais ampla da realidade. Nosso diálogo poderia prosseguir, trazendo os avanços e os desafios apontados pelo coletivo, contudo, encerramos por aqui. Podemos dizer que os elementos trazidos até o momento, por si só, já são suficientes para compreender o movimento coletivo construído neste processo de diálogos entre pessoas que estão tentando fazer de suas práticas uma *outra* base social de reconhecimento e valorização das pessoas e de seus saberes.

⁶ O termo “sulear” tem sido utilizado, de modo explícito, por Freire no livro *Pedagogia da Esperança* (1994, p. 218-219). [...] Como contraponto ao “nortear”, cujo significado é a dependência do Sul em relação ao Norte, “sulear” significa o processo de autonomização desde o Sul, pelo protagonismo dos colonizados, na luta pela emancipação (Dicionário Paulo Freire, 2008, p. 396).

Considerações

Ao fazerem da memória uma estratégia pedagógica para reconstrução dos avanços e retrocessos do MSP da EcoSol, os militantes fortalecem uma dimensão fundamental ao processo de empoderamento social: a autonomia participativa. Nesta perspectiva, as ações educativas/formativas apontadas como “acontecimentos”, além dos novos parceiros locais, multiplicam as possibilidades de discussões engajadas, reflexões e produção solidária de conhecimento e da vida em comunidade.

As experiências compartilhadas em meio a produção do trabalho e da formação política, sem dicotomias, promovem a busca de estratégias diante das dificuldades, pois “não é no silêncio que as pessoas se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 1996). Estas ações educativas solidárias dão pistas de como podemos fazer a diferença, produzindo novos conhecimentos, novas práticas e um novo olhar sobre conceitos cristalizados que já não dão conta da realidade. E são estes conhecimentos da vida como ela é que estão fazendo a diferença em experiências como estas - apropriação que fortalece o processo de luta por libertação, pois “ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado ninguém amadurece de repente aos, 25 anos. A gente vai amadurecendo todo dia ou não, a autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é um processo, é uma vir a ser” (FREIRE, 1996, p. 12).

Autonomia não é um dado a priori, é uma construção que precisa ser experimentada, vivida em um constante processo de formação e (re)construção. Pensando nesta perspectiva, pelas vivências compartilhadas pode-se dizer que hoje as/os militantes estão com maior compreensão do processo a partir da percepção de sua vida e de sua participação em vários momentos e espaços. Isso se deu, acredito, pelo engajamento no processo de formação, mas é um desafio, pois não temos indicadores para avaliar as mudanças. Esta é uma dimensão que precisa ser intensamente problematizada, revisitada, por isso estão sempre em constante formação com vistas à transformação.

A participação acontece a partir dos interesses e possibilidades frente às demandas de cada segmento, seja nas discussões em seminários, nas feiras, intercâmbios, no envolvimento com outros MSP e na própria militância que é fortalecida a cada encontro formativo. A participação é um desafio ao processo político pedagógico proposto pela EcoSol, pois a rotatividade dos segmentos e a descontinuidade das Políticas públicas são dimensões que

precisam ser enfrentadas. Entendem que tais situações impedem a participação necessária para conscientização:

Nos anos 60, preocupado já com esses obstáculos, apelei para a conscientização não como panacéia, mas como um esforço de conhecimento crítico dos obstáculos, vale dizer, de suas razões de ser. Contra toda a força do discurso fatalista neoliberal, pragmático e reacionário, insisto hoje, sem desvios idealistas, na necessidade da conscientização. Insisto na sua atualização. Na verdade, enquanto aprofundamento da “prise de conscience” do mundo, dos fatos, dos acontecimentos, a conscientização é exigência humana, é um dos caminhos para a posta em prática da curiosidade epistemológica (FREIRE, 1996, p. 23).

Para enfrentamento e superação de tantos desafios o coletivo nesta oportunidade acredita que se deva pensar em uma ação integrada com o FBES para acompanhamento e fortalecimento dos EES e dos FEES. Uma sugestão foi organizar encontros Regionais e Estaduais com estrutura adequada, e com mais frequência. Neste movimento complexo e contraditório os militantes seguem unidos, ou buscando a comunhão necessária para o enfrentamento e a superação das “situações-limites”:

Para mim, ao repensar os dados concretos da realidade, sendo vivida, o pensamento profético, que é também utópico, implica a denúncia de como estamos vivendo e o anúncio de como poderíamos viver. É um pensamento esperançoso, por isso mesmo. É neste sentido que, como o entendo, o pensamento profético não apenas fala do que pode vir, mas, falando de como está sendo a realidade, denunciando-a, anuncia um mundo melhor (FREIRE, 2000, p. 54).

BIBLIOGRAFIA

BERGER, Peter L.; LUCKEMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis, Vozes, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos** - São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

STRECK, Danilo R.(Org). **Dicionário Paulo Freire** – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.